

Força-tarefa busca mais parceiros no Brasil, que tem a maior biodiversidade em nível global

Preocupados com os riscos financeiros que a perda de biodiversidade e a degradação ambiental podem causar, organizações internacionais do sistema ONU (como o PNUD e a UNEP-FI), o Fórum Econômico Mundial, a OCDE e organizações da sociedade civil (WWF e Global Canopy), com apoio financeiro do governo do Reino Unido, se reuniram no primeiro semestre de 2020 para lançar a Força-Tarefa para Divulgação de Informações relativas à Biodiversidade e Capital Natural no Mercado Financeiro (Taskforce for Nature-related Financial Disclosure - TNFD, em inglês). Nesse momento, está sendo formado o Grupo de Trabalho que irá definir o escopo da TNFD, composto por agências multilaterais (como o Banco Mundial e a IFC), governos (até agora, Reino Unido, Suíça, Costa Rica, Holanda e França), reguladores financeiros (como os do México e da Nigéria) e diversas instituições financeiras líderes em sustentabilidade (como a seguradora AXA, os bancos Rabobank, Standard Chartered, BNP Paribas, Yes Bank, DBS, First Rand, Development Bank of Southern Africa e BANORTE, e as asset managers Storebrand e Mirova).

Entre os objetivos da TNFD estão a promoção do gerenciamento de riscos de perda de biodiversidade e degradação ambiental (incluindo solo, água e ar), abrangendo definições de indicadores, diligências e metodologias apropriadas - e a promoção de fluxos financeiros para conservação e restauração de ecossistemas. Para esse fim, serão mapeadas metodologias e as bases de dados já existentes, identificados os dados faltantes e será buscada a convergência na criação de plataformas mais abrangentes e metodologias consensualmente construídas, com o auxílio de um Grupo de Experts, que assessorará nesse sentido.

Para entender um pouco mais sobre esse tema de interesse para o mercado segurador, o Portal da CNseg conversou com a consultora na área de finanças sustentáveis e Procuradora licenciada do Banco Central Luciane Moessa, que está envolvida com o projeto e busca o envolvimento de instituições públicas e privadas no Brasil e outros países da América do Sul.

Atualmente, já há um certo consenso a respeito dos graves impactos que as mudanças climáticas poderão acarretar. Entretanto, também vivemos em uma época de extinções em massa, mas não se fala tanto dos riscos gerados por essa perda de biodiversidade. Ela também pode ser impactante para a humanidade? Caso positivo, de que maneira?

Alguns estudos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), bem como de instituições científicas ao redor do mundo, já apontam uma correlação clara entre desequilíbrio nos ecossistemas e o surgimento de pandemias, incluindo a de COVID-19. A própria imprensa brasileira já vem noticiando isso, como se vê nessa [matéria do El País Brasil de 6 de agosto](#).

Acho que não é preciso dizer mais nada para dimensionar o potencial dos impactos econômicos e sociais trazidos pela degradação ambiental, não é verdade? A intensidade e a velocidade deles podem ser bem maiores do que estamos imaginando.

Além disso, é importante lembrar que tanto os oceanos quanto a flora (seja a floresta tropical ou temperada, sejam as savanas - como o cerrado, sejam os mangues ou outras formas), além de serem fonte de biodiversidade, são também fonte de captura de Gases do Efeito Estufa (GEE). Em relação à questão climática, sobretudo nos países desenvolvidos, vejo um enfoque demasiado intenso somente na redução de emissões de GEE. Entretanto, se a destruição da flora, via desmatamento e a poluição dos oceanos, continuarem na mesma velocidade, nós não sairemos do lugar - o saldo entre as emissões e o correspondente sequestro de GEE permanece igual. E, como sabemos, o Brasil é um dos principais responsáveis por isso globalmente. Em 2019, fomos responsáveis por nada menos que um terço do desmatamento em nível global - e tudo indica que isso deve piorar esse ano. E isso passa pelo mercado financeiro, pois empresas presentes no mercado de capitais, como a JBS, têm sido constantemente ligadas a fornecedores envolvidos em desmatamento ilegal, seja em suas propriedades, seja até mesmo em terras indígenas, como se vê

em [matéria da Agência Pública](#).

Trabalhando agora na Europa, tenho a nítida impressão de que uma grande parcela do setor empresarial brasileiro (e isso inclui em alguma medida o próprio mercado financeiro) não tem noção clara do nível de detalhamento do conhecimento que os investidores e parceiros comerciais estrangeiros têm sobre o Brasil. E isso obviamente só tende a aumentar. Cabe aos players mais relevantes no mercado saber se vão contribuir, mesmo que por omissão, para essa tendência de isolamento do Brasil no cenário internacional ou se vão se engajar para refreá-la, contribuindo com iniciativas em nível global para construir o Desenvolvimento Sustentável que tanto precisamos em nível planetário.

Você é Procuradora licenciada do Banco Central. Entende que esta já é uma preocupação dos entes reguladores? Como os reguladores podem se inserir nessa agenda?

Diferentemente do que ocorreu com a TCFD (sigla em inglês para Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima), reguladores financeiros estão envolvidos desde o início, pois também farão parte do Grupo de Trabalho que definirá o escopo da TNFD, assim como da TNFD, propriamente dita, que começará a operar em 2021. Já temos alguns reguladores confirmados e estamos também em contato com todas as redes de reguladores que enfocam temas de sustentabilidade em nível global: a Network for Greening the Financial System (NGFS), a Sustainable Banking Network, o Sustainable Insurance Forum (já confirmado), a Sustainable Finance Network da IOSCO, a Associação de Reguladores de Fundos de Pensão (IOPS), que emitiu diretrizes para incorporação de fatores ASG nos investimentos em outubro de 2019 - e os reguladores financeiros brasileiros participam de todas essas redes, e estão todos devidamente convidados para participar da TNFD, assim como tenho feito com as associações do mercado e as instituições financeiras líderes em sustentabilidade.

Como as instituições financeiras e, particularmente, as seguradoras, podem se envolver nesse projeto e como podem se beneficiar da adesão a essa agenda além, é claro, do ganho por estarem contribuindo para a redução da perda da biodiversidade do Planeta?

Elas podem participar do Grupo de Trabalho da TNFD que começará a funcionar em setembro. Também podem vir a se agregar à TNFD propriamente dita (com número maior de membros) em 2021, contribuindo, de dentro, com os objetivos da TNFD ao invés de somente terem acesso às recomendações que ficarão prontas daqui a 2 anos. Se quiserem ficar numa posição semi-ativa (ou semi-passiva), podem também ser observadoras da iniciativa.

Sendo o Brasil o país com a maior biodiversidade em nível global e por estar enfrentando os desafios que hoje existem na área socioambiental, eu avalio que a alternativa mais interessante é a de assumir um maior protagonismo. Fica aqui o convite! Aceitamos expressões de interesse em ser membro do GT da TNFD até o dia 10 de setembro. Os e-mails para contato são [Este endereço de e-mail está sendo protegido de spambots. Você precisa habilitar o JavaScript para visualizá-lo.](#), Este endereço de e-mail está sendo protegido de spambots. Você precisa habilitar o JavaScript para visualizá-lo. (em português ou inglês) e Este endereço de e-mail está sendo protegido de spambots. Você precisa habilitar o JavaScript para visualizá-lo. (apenas inglês). Para saber mais, visitem o site da TNFD: (tnfd.info) Lá vocês poderão encontrar os primeiros estudos sobre a materialidade financeira dos riscos relativos à biodiversidade presentes no portfólio de instituições financeiras (incluindo investidores institucionais, como são as seguradoras).

Fonte: CNseg, em 07.08.2020